

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

Processo nº 20.06.0000.0002026/2023-63

TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGUROS PARA AUTOMÓVEIS, A FIM DE GARANTIR A COBERTURA DE EVENTUAIS SINISTROS NOS VEÍCULOS DA FROTA PERTENCENTE MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ**

*PREGÃO ELETRÔNICO*

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Seguros para Automóveis, a fim de garantir a cobertura de eventuais sinistros nos veículos da frota pertencente Ministério Público do Estado do Amapá**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e especificações detalhadas na **Tabela 1 - Descrição detalhada dos itens (Item 3.4. deste Termo de Referência)**, mediante **Pregão Eletrônico Tradicional**, de acordo com Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC).

1.2. Ressalte-se que, havendo divergências entre a descrição do objeto constante na **Tabela 1 - Descrição detalhada dos itens** (abaixo) e a descrição do objeto constante no Portal de Compras do Governo Federal, site COMPRASNET, "SIASG" ou NOTA DE EMPENHO, prevalecerá, SEMPRE, a descrição presente neste instrumento, ou seja, na **Tabela 1 - Descrição detalhada dos itens (Item 3.4. deste Termo de Referência)**.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. Fundamentação:**

2.1.1 As contratações realizadas no âmbito da MP-AP se aplicam o Regulamento de Licitações e Contratos; as normas da Constituição da República Federativa do Brasil (CR/88), a Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018, e a Lei nº 14.133/2021.

**2.2. Justificativa da contratação:**

2.2.1. O contrato de seguro de veículos tem como finalidade proteger o patrimônio do segurado, a medida em que oferece reposição do veículo mediante indenização pelo valor de mercado do bem, nos casos de furto, roubo ou acidentes que causem perda total do veículo segurado, e nos casos de reparação dos danos causados em decorrência de colisões ou outros sinistros recuperáveis.

2.2.2 A necessidade do MP-AP é garantir cobertura aos veículos de operações do MP-AP em caso de eventuais sinistros que possam ocorrer durante o uso continuado dos veículos pertencentes à frota, considerando os quilômetros percorridos em viagens, bem como a prestação de apoio nas operações de fiscalização. Os veículos necessitam de cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 (vinte e quatro) horas e abrangência nacional.

2.2.3 Nesse contexto, a presente contratação, por sua importância, justifica-se, além de ser parte do conjunto de ações gerenciais adotadas pelo MP-AP, para mitigar os riscos inerentes às atividades de transporte (administrativo e assistencial), no que tange eventuais acidentes e danos. Justifica-se, também, em decorrência do término da vigência do contrato nº 029/2018 previsto para agosto de 2023.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. Os serviços, objeto da presente contratação, caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

3.2. O procedimento de contratação será conduzido através de Pregão Eletrônico, na forma tradicional, critério de julgamento **menor preço**, nos termos do Ato Normativo No0000016/2023-GAB/PGJ.

3.3. A completa descrição da solução, foi extraída dos estudos preliminares, com eventuais atualizações decorrentes do seu amadurecimento.

3.4. A descrição detalhada e o quantitativo dos serviços constam na Tabela 1 a seguir.

**Tabela 1 - Descrição detalhada dos itens**

item	MARCA	PLACA	ANO	RENAVAM
1.	COROLLA/TOYOTA	QLS 0J07	19/20	01223091160
2.	PAJERO/MITSUBISHI	QLP 0206	16/17	01117311888
3.	COROLLA/TOYOTA	QLS 0J04	19/20	01223088453
4.	COROLLA/TOYOTA	SAK 5D20	22/23	01299530041
5.	COROLLA/TOYOTA	SAK 5D22	22/23	01299530297
6.	COROLLA/TOYOTA	SAK 5D23	22/23	01299530319
7.	COROLLA/TOYOTA	SAK 5D24	22/23	01299530335
8.	COROLLA/TOYOTA	SAK 5J86	22/23	01301877244
9.	COROLLA/TOYOTA	SAK 5J87	22/23	01301877317
10.	COROLLA/ TOYOTA	SAL 1F48	22/23	01333691200
11.	COROLLA/TOYOTA	SAL 2G64	23/23	01341482704
12.	COROLLA/ TOYOTA	SAL 2G65	23/23	01341483212
13.	COROLLA/TOYOTA	QLS 0J06	19/20	01223089719
14.	COROLLA/ TOYOTA	NEX 1472	9/9	00128126884
15.	VW/GOL 1.6L MB5	QLT 4F75	21/22	01261454119
16.	VW/GOL HL MCS	QLN 0949	15/15	01040375690
17.	TRITON L 200	QLN 9745	15/16	01070524660
18.	VW/GOL HL MCS	NFB 9072	15/15	01037368573
19.	COROLLA/TOYOTA	NEK 4565	12/12	00453992900

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

20.	COROLLA/ TOYOTA	SAL 2G66	23/23	01341483565
21.	VW/GOL 1.6L MB5	QLT 4F73	21/22	01261453104
22.	VW/GOL POW 1.6	NEQ 7722	13/14	00592928039
23.	VW/GOL POW 1.0	SAK3C58	21/22	01291850080
24.	VW/GOL HL MC	QLR 7109	15/16	01080045055
25.	COROLLA/ TOYOTA	NFB 9733	9/9	00133456862
26.	VW/GOL HL MC	QLR 7108	15/16	01077053476
27.	VW/GOL TL MC S	NES 2654	14/15	01019207024
28.	VW/GOL POW 1.6	NEJ 7862	12/13	00503675075
29.	SW4 / TOYOTA	NEK 5419	8/9	00119166879
30.	TOYOTA/HILUX	QLN 1611	15/15	01042363088
31.	TOYOTA/HILUX	QLN 1614	15/15	01042364068
32.	VW/GOL HL MCS	NFB 9068	15/15	01037366090
33.	TOYOTA/HILUX	QLN 1078	15/15	01040582572
34.	VW/GOL POW 1.6	NEJ 6854	12/13	00497849178
35.	VW/GOL POW 1.0	SAK3C59	21/22	01291850179
36.	VW /MICRO-ÔNIBUS	NEO 8879	9/9	00190817640
37.	VW/MICRO-ÔNIBUS	NEO 8999	9/9	00190816171
38.	FIAT/TORO	QLS 8B24	20/21	01242578487
39.	COROLLA/ TOYOTA	NEN 6601	9/9	00123899486
40.	NISSAN/MARCH	NET 5941	12/13	00479850674
41.	NISSAN/MARCH	NET 5942	12/13	00479854661
42.	GOL POW 1.6	NEJ 6853	12/13	00497847418
43.	GOL POW 1.6	NEQ 7724	13/14	00592929329

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

44.	GOL HL MCS	QLN 0945	15/15	01040370869
45.	VW/GOL POW 1.0	SAK3C56	21/22	01291849995
46.	TRITON L200	QLN9743	15/16	01070517981
47.	VW/GOL HL MCS	QLN 0951	15/15	01040377367
48.	VW/GOL POW 1.6	NEV 5173	12/12	00429680414
49.	TOYOTA/HILUX	QLN 1608	15/15	01042360925
50.	FIAT/TORO	QLS 8B30	20/21	01242588725
51.	TOYOTA/ HILLUX	SAK 9G19	22/22	01326665631
52.	TRITON L 200	QLN 9753	15/16	01070600340
53.	TOYOTA/HILLUX	QLT 2D41	21/21	01255688937
54.	TOYOTA/HILLUX	NFB 8311	14/14	00993436293
55.	FIAT/TORO	QLS 8B25	20/21	01242581747
56.	FIAT/TORO	QLS 8B26	20/21	01242584819
57.	TOYOTA/HILUX	QLN 0629	15/15	01039466165
58.	TOYOTA/HILUX	QLN 1610	15/15	01042362014
59.	TOYOTA/HILLUX	QLS 0J09	19/20	01223120195
60.	TOYOTA/HILLUX	NEO 3237	14/14	01006489875
61.	FIAT/TORO	QLS 8B28	20/21	01242587699
62.	TOYOTA/HILLUX	QLT2D40	21/21	01255688936
63.	VW/GOL HL MCS	QLN 0946	15/15	01040372098
64.	VW/GOL HL MCS	QLN 0947	15/15	01040372896
65.	VW/GOL MB5	QLT 4F69	21/22	01261447643
66.	VW/ GOL CL MBV	QLO 7112	16/17	01103945936
67.	GOL CL MBV	QLO 7106	16/17	01103935779

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

68.	TOYOTA/HILUX	NEQ 4801	13/14	00593019385
69.	TOYOTA/HILLUX	NFB 8312	14/14	00993437052
70.	TOYOTA/ HILUX	SAL 1H69	22/23	01334309059
71.	COROLLA/ TOYOTA	NEW 8464	7/7	00917725689
72.	COROLLA/TOYOTA	NFB 9723	9/9	00133459748
73.	COROLLA/TOYOTA	SAL 2G63	23/23	01341482089
74.	GOL HL MCS	QLN 0950	15/15	01040376352
75.	PEUGEOT/PARTNER	QUZ 7245	19/20	01209214404
76.	COROLLA/TOYOTA	NEX 1452	9/9	00128116480
77.	TOYOTA/HILUX	NET 7724	13/13	00533393418
78.	M. BENZ	QLN 2033	14/15	01043749877
79.	M. BENZ	QLN 2034	14/15	01043750956
80.	CAMINHÃO ¾ VWDelivery 9.170	QLS8E74	20/21	01243476491
81.	TOYOTA/HILLUX	QLT2D39	21/21	01255688790
82.	TOYOTA/HILLUX	NEK 2081	10/11	00282777369
83.	TOYOTA/HILLUX	SAK 9G18	22/22	01326665623
84.	VW/GOL POW 1.0	SAK3C57	21/22	01291850020
85.	VW/GOL 1.6L MB5	QLT 4F71	21/22	01261451675
86.	VW/GOL POW 1.6	NEV 8395	11/12	00333914619
87.	VW/GOL HL MCS	QLN 0948	15/15	01040374937
88.	VW/GOL POW 1.6	NFB 9225	13/14	01000169593
89.	VW/POLO/BLIN 1.6	NEQ 7721	13/14	00592926583
90.	YAMAHA/XTZ 150	QLO 6670	16/16	01102218070
91.	YAMAHA/FACTOR	QLO 6671	16/16	01102218224

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

92.	COROLLA BLIND.	NEK 7651	12/13	0486585468
93.	POLO BLINDADO	NEQ 7715	13/14	0592925412
94.	VW/GOL	SAL1H37	22/23	01350084902
95.	VW/GOL	SAL1H38	22/23	01350087847
96.	VW/GOL	SAL1H39	22/23	01350088290

3.5. Caso haja divergência entre os descritivos dos itens no Edital e seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante neste instrumento, ou seja, na **Tabela 1 - Descrição detalhada dos itens** (acima).

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

4.1.1. A prestação do serviço de seguro de veículo para cada unidade da frota do MP-AP, conforme descrição na **Tabela 1 - Descrição detalhada dos itens**, deve compreender as seguintes coberturas:

4.1.1.1. As coberturas específicas, listadas abaixo, serão cotadas levando em consideração os seguintes valores:

RCF-V Danos	R\$ 40.000,00 (Por veículo)
RCF-V Danos	R\$ 40.000,00 (Por
RCF-V Danos	R\$40.000,00
APP/MORTE (acidentes Pessoais Passageiros)	R\$ 15.000,00 (Por
APP/INVALIDEZ (Acidentes Pessoais Passageiros)	R\$ 15.000,00 (Por

4.1.2. Para fins de pagamento da indenização, em caso de perda total/furtos/roubos, o valor de referência estimado de cada veículo deverá ser consultado na tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

4.1.3. Deverão ser cobertos pela apólice de seguro dos veículos o casco do veículo, bem como retrovisores, vidros, para-choques e demais superfícies.

4.1.4. A franquia deverá ser do tipo **reduzida**;

4.1.5. O tipo de cobertura deverá ser **compreensiva/total** e cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado em todo território nacional, conforme lista exemplificativa a seguir:

4.1.5.1. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros;

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

- 4.1.5.2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
  - 4.1.5.3. Raios e suas consequências;
  - 4.1.5.4. Incêndios e explosões;
  - 4.1.5.5. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;
  - 4.1.5.6. Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado;
  - 4.1.5.7. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
  - 4.1.5.8. Granizo;
  - 4.1.5.9. Danos causados ao veículo segurado durante o tempo em que es ver em poder de terceiros, como consequência de roubo ou furto, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
  - 4.1.5.10. Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
  - 4.1.5.11. Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos: Chaveiro; Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, com extensão mínima de 500 Km, sem ônus para o segurado; Transporte do veículo segurado, com extensão mínima de 500 Km, para destino a ser indicado pela CONTRATANTE;
  - 4.1.5.12. Cobertura de danos (inclusive os serviços de substituição) dos vidros dianteiros, laterais e traseiros.
- 4.1.6. Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pela CONTRATANTE e processada pela seguradora, mediante endosso. Dentre elas:
- 4.1.6.1. Substituição de veículos;
  - 4.1.6.2. Exclusão de veículos;
  - 4.1.6.3. Inclusão de veículos;
  - 4.1.6.4. Correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente.
- 4.1.7. As especificações técnicas dos serviços contratados estão detalhadas no **ANEXO IV**.

**4.2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:**

- 4.2.1. A contratação será formalizada por intermédio de instrumento contratual;
- 4.2.2. O prazo para execução dos serviços e de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a vigência máxima decenal prevista no artigo 107, da Lei nº 14133/2021.
- 4.2.3. *Eventual rescisão unilateral do contrato deverá ser proposta, de forma escrita e fundamentada, pela parte interessada com antecedência mínima de **90 (noventa) dias** da data em que se pretende cessar a execução do objeto, podendo ser reduzido ou ampliado, a critério do MP-AP em casos onde exista risco ao regular funcionamento da unidade.*
- 4.2.4. A prorrogação da vigência do contrato dependerá de:
  - 4.2.4.1. Nível satisfatório de execução dos serviços contratados, atendendo plenamente as necessidades da Administração;
  - 4.2.4.2. Vantajosidade dos preços contratados para a Administração. Caso os preços não sejam vantajosos deverão ser negociados ou o contrato não será prorrogado.

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

4.2.5. As possíveis prorrogações contratuais estarão condicionadas aos seguintes requisitos:

4.2.5.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.2.5.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

4.2.5.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

4.2.5.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que o MP-AP mantém interesse na realização do serviço;

4.2.5.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para o MP-AP;

4.2.5.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

4.2.5.7. Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

**4.3. DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL:**

4.3.1. Considerando-se que se tratam de serviços sem alocação de mão de obra com dedicação exclusiva, não haverá necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

**4.4. DA NATUREZA DOS SERVIÇOS:**

4.4.1. Os serviços de Seguros para Automóveis são considerados serviços essenciais, a fim de garantir a cobertura de eventuais sinistros nos veículos da frota pertencente Ministério Público do Estado do Amapá. Portanto, não podem ser interrompidos sob risco de comprometer o funcionamento regular da instituição.

4.4.2. Sob este ponto de vista, entendemos que se tratam de serviços de **NATUREZA CONTINUADA**.

4.4.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

4.4.5. O contrato, poderá ser alterado conforme o artigo 124, da Lei nº 14.333/2021.

**4.5. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

4.5.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.333/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

**4.6. REQUISITOS DE PARTICIPAÇÃO:**

4.6.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:

4.6.1.1. as previsões constantes no Art. 14 da Lei nº 14.333/2021, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada;

4.6.1.2. o atendimento por parte do licitante ao art. 7º, XXXIII da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que prevê "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos";

4.6.1.3. a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa nº 03, de 2018.



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

4.6.2. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.2.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.6.2.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.2.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos;

4.6.2.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.2.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.2.5. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.6.2.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição da República;

4.6.2.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

**4.6.3. Não poderão participar da licitação ainda, os interessados:**

4.6.3.1. As **empresas reunidas em consórcio**, uma vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, em que empresas, de forma isolada, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não se verifica no presente caso;

4.6.3.2. A **Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição**, em razão do Acórdão TCU 746/2014 – Plenário, que firma entendimento no sentido de que é vedado às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição, participar de processos licitatórios promovidos pela Administração Pública Federal.

4.6.3.3. Não há vedação a participação de **Cooperativas** no certame.

**4.7. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:**

**4.7.1. Jurídica:**

4.7.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.7.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.7.1.3. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

4.7.1.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.7.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

4.7.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

4.7.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

4.7.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

**4.7.2. Fiscal e Trabalhista:**

4.7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.7.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.7.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

4.7.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

4.7.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

4.7.2.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

**4.7.3. Qualificação econômico-financeira:**

4.7.3.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

4.7.3.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

4.7.3.3. a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$$

$$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

4.7.3.4. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

4.7.3.5. as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

riscos para a MP-AP, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta apresentada para o item permanente.

**4.7.4. Qualificação técnica:**

4.7.4.1. A empresa melhor classificada deverá comprovar existência de Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, comprovando o registro da empresa naquele órgão e sua aptidão para exercer as atividades junto ao mercado segurador e, ainda, que a Seguradora não se encontra sob regime de liquidação extrajudicial, direção fiscal ou fiscalização extraordinária, nem cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP.

**4.8. DA VISTORIA:**

4.8.1. As empresas interessadas poderão realizar vistoria no MP-AP de forma a obterem conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços;

4.8.2. A realização da visita pode ser comprovada por:

4.8.2.1. Declaração de vistoria assinado pelo colaborador responsável, conforme modelo constante no **ANEXO I**; ou

4.8.2.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do **ANEXO II**.

4.8.3. A realização da vistoria é necessária devido à importância dos serviços a serem executados. Neste momento, a empresa se certificará das condições em que se encontra o MP-AP, de modo a realizar o correto dimensionamento da sua proposta, sendo que não serão atendidas solicitações sob argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados da especificação. O MP-AP não pode ser prejudicado por uma prestação de serviço mal dimensionado e/ou mal planejado e consequentemente ineficaz;

4.8.4. A vistoria deverá ser comunicada, previamente, pela LICITANTE à CONTRATANTE por meio do telefone (96) 3198\*1850/\*1851, que agendará, em horário comercial, e indicará, se julgar conveniente, o profissional designado para acompanhamento;

4.8.5. A vistoria só deverá ser realizada mediante essa indicação ou autorização por escrito da CONTRATANTE;

4.8.6. A vistoria poderá ser realizada quantas vezes a LICITANTE julgar necessário para a elaboração de sua proposta;

4.8.7. Os custos das vistorias correrão por exclusiva conta da LICITANTE;

4.8.8. Na vistoria, a LICITANTE poderá efetuar medições para subsidiar a elaboração de suas propostas e eliminar possíveis omissões, falhas ou incompatibilidade;

4.8.9. A existência de qualquer dúvida ou questionamento SOBRE A VISTORIA deverá ser comunicada a Divisão de Transportes do MP-AP, através do e-mail: transporte@mpap.mp.br, em até 2 (dois) dias úteis antes da data da sessão pública da licitação de contratação do objeto deste documento;

4.8.10. O ato de apresentação de proposta, pelos LICITANTES, implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas pelo Edital e seus anexos.

**4.9. PROPOSTA:**

4.9.1. A proposta deverá conter as especificações dos serviços de forma clara, incluindo detalhadamente as características do serviço ofertado que, de forma inequívoca, identifiquem e constatem as características de acordo com as especificações do **ANEXO III** deste documento.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

4.9.2. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9.3. Deverá constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de Fornecedores do MP-AP. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.

4.9.4. O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal.

4.9.5. Nos preços cotados dos serviços deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação, proposta.

**5. PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP**

5.1. Em atenção ao disposto no Art. 48, I e III, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, modificada pela Lei Complementar 139, de 10 de novembro de 2013 e mais especificamente no art. 10 do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que trata da exclusividade de participação das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para os itens licitados com valor total inferior à R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), **sugerimos o seu afastamento com fulcro no Art. 10º, inciso I, do supracitado Decreto 8.538/2015, quais sejam:**

*Art. 10. Não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando:*

**I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;**

**II - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;**

**III - A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos Arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou**

**IV - O tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.**

*Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:*

*I - Resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou*

*II - A natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios”.*

5.2. Como também previsto no art. 49, inciso II do Art. 49 da LC 123/2006:

*LC 123/2006:*

*Art. 49. Não se aplica o disposto nos Arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:*

**II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;**

5.3. Ainda com relação ao Decreto 8.538/2015, temos:

*“Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:*

*I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;*

*II - ampliar a eficiência das políticas públicas; e*

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

*III - incentivar a inovação tecnológica.*

*[...]*

*§ 2º Para efeitos deste Decreto, considera-se:*

*I- âmbito local - limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação;*

*II - âmbito regional - limites geográficos do Estado ou da região metropolitana, que podem envolver mesorregiões ou microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;"*

5.4. Na pesquisa de preços realizada nos estudos preliminares, para maioria dos itens, não foi possível comprovar a existência de, pelo menos, 3 (três) fornecedores enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório sediado nos limites geográficos do Estado Amapá.

5.5. Assim, conforme justificativa apresentada pela Equipe de Planejamento da Contratação, **afastamos a aplicação dos benefícios, de forma a ampliar ao máximo possível a competição a todas os particulares interessados na participação desse certame**, independentemente de seu porte empresarial, nos termos do Art. 49, inciso II.

**6. REGIME DE EXECUÇÃO**

6.1. A presente contratação adotará como regime de execução a **Contratação por Preço Global**.

6.2. **Do prazo para início dos serviços:**

6.2.1. O prazo para início dos serviços será de até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato, momento em que a CONTRATADA deverá entregar as apólices de seguro de cada veículo listado na **Tabela 1 - Descrição detalhada dos itens**.

6.3. **Do local execução dos serviços:**

6.3.1. A contratada deverá executar os serviços nas dependências da Divisão de Transporte do MP-AP, Rodovia do Curiaú, nº 398 – Lot. Sol Nascente, Macapá - AP, 68909-023 (horário de Brasília – DF), nos dias úteis, salvo solicitação autorizada pela equipe de fiscalização do contrato, no horário de 08:00h a 14:00hs.

**7. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

7.1. Considerando o artigo 95 da Lei nº 14133/2021, que tratam da celebração do contrato e de sua substituição por documento equivalente, a equipe de planejamento entende que para esta contratação não é possível a substituição do termo contratual, tendo em vista que valores desta contratação não se enquadram na indigitada normatividade, bem como, por resultar em obrigações futuras, incluindo assistência técnica, e não ser prática do mercado a substituição do termo de contrato por instrumento equivalente.

**8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. **Do Recebimento:**

8.1.1. Para que um serviço executado seja aceito, a CONTRATADA deverá demonstrar a sua plena execução, observadas as especificações técnicas estabelecidas no Edital e seus anexos e as normas técnicas aplicáveis, incluindo o reparo, às suas expensas, de danos causados por ou decorrentes da execução do serviço.

8.1.2. O recebimento e a aceitação dos serviços se darão nas seguintes etapas:

8.1.2.1. Provisoriamente: executados, apresentados e entregues os serviços, mediante entrega dos relatórios detalhados de testes e manutenções realizadas no período de medição, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Provisório, pelo qual será atestada a entrega da etapa, para verificação da sua conformidade com as especificações previstas nos requisitos técnicos da contratação;

8.1.2.2. Definitivamente: em até 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento provisório, após a realização de verificação de conformidade e vistoria, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo, configurando o recebimento definitivo do serviço executado.

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

8.1.3. O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002);

8.1.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.

8.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.1.6. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções.

8.1.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

9.1. A gestão do contrato será realizada por representantes da unidade contratante, que designará equipe para fiscalizar as contratações, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos do MP-AP.

9.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados;

9.3. Para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços será designado um servidor do quadro efetivo, a critério da administração do MP-AP, investido(a) de plenos poderes para:

9.3.1. Recusar serviços em desacordo com o previsto neste documento;

9.3.2. Sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado com a técnica adequada.

9.4. A Fiscalização anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

9.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

9.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, nos termos do artigo 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021;

9.7. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

9.8. A equipe de fiscalização contratual e a empresa a ser contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

9.9. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

**10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

10.1. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os serviços efetivamente entregues, conforme previsto na padronização de pagamentos do MP-AP.



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

10.2. O MP-AP realizará o pagamento até o 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente.

10.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras; nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e nas demais certidões de regularidade para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.6. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

10.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.8. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF e demais certidões de regularidade.

10.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.12. O MP-AP não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido prevista na contratação.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor  
originariamente devido I = Índice de atualização financeira,  
calculado segundo a fórmula:

$$(6/100) I = 365$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do  
efetivo pagamento VP = Valor da Parcela em atraso

**10.14. Instrumento de Medição de Resultados - IMR**

10.14.1. A CONTRATADA será avaliada pelo seu desempenho na prestação do serviço com base em Instrumentos de Medições de Resultados (IMR) a contar da data do início da prestação do serviço;

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

10.14.2. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados, não devendo as adequações de pagamento, originadas pelo descumprimento do IMR, ser interpretadas como penalidades ou multas;

10.14.3. O valor final pago será ajustado ao resultado da avaliação do serviço por meio do Instrumento de Medição de Resultado, anexo indissociável do contrato;

10.14.4. Os critérios de avaliação de desempenho da CONTRATADA serão aplicados sem prejuízos das demais sanções previstas no Edital, Contrato e Termo de Referência;

10.14.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação, que poderá ser aceita pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da CONTRATADA;

10.14.6. Será estabelecido o indicador de Desempenho da Qualidade de Serviços (DQS):

	Desempenho da Qualidade de Serviços
Item	Descrição
Finalidade	Garantir o efetivo cumprimento dos serviços, conforme termo de referência, verificando a execução integral e qualidade dos serviços efetivamente prestados
Meta a cumprir	100%
Instrumento de Medição	Conferência Loca
Forma de acompanhamento	In loco, pelo fiscal do contrato e/ou responsável pelos setores
Periodicidade	A cada solicitação do serviço
Mecanismo de Cálculo	Será verificada as atividades realizadas e descontado conforme tabela
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de Ajuste no Pagamento	De acordo com a média de X% mensal a) abaixo de 90%, multa de 4% sobre o valor mensal do contrato; b) abaixo de 80%, multa de 6% sobre o valor mensal do contrato; e c) abaixo de 70%, multa de 10% sobre o valor mensal do contrato
Sanções	Aplicação das sanções prevista no contrato e no TR
Observações	
Valor alcançado	
Justificativa	
Sanções	
Observações	

10.14.7. O procedimento de avaliação dos serviços será realizado periodicamente pela EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO do contrato, com base em desempenhos obtidos em cada um dos indicadores conforme especificações constantes deste documento, gerando o Percentual Total de Desconto, correspondente a no máximo 10%, a ser aplicado no valor do serviço.

**11. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

11.1. O procedimento de aquisição será conduzido através de **PREGÃO ELETRÔNICO**.

**12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

12.1. Pelas especificidades da contratação, o critério de julgamento mais adequado a ser adotado será o menor preço.

12.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**13. ESTIMATIVA DE PREÇOS**

13.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do Art. 24 da Lei nº 14.133/2021.



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. Emitir requisição e/ou nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao serviço solicitado;

14.2. Enviar eletronicamente (através de e-mail) a nota de empenho e/ou ordem de serviço digitalizada emitida em favor do fornecedor, ou quando da impossibilidade de comunicação citada anteriormente o encaminhamento do empenho será feito por outros meios (fax, via postal etc);

14.3. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa prestar os serviços referentes ao objeto licitado dentro das especificações exigidas no presente Termo de Referência;

14.4. Fornecer à CONTRATADA, a qualquer tempo, toda a informação que julgar pertinente à execução do objeto licitado, no intuito do bom desenvolvimento do compromisso assumido, sempre se pautando nas normas reguladoras citadas e outras que venham a ser emitidas mesmo após a assinatura do contrato;

14.5. À CONTRATANTE se reserva o direito de acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA através de um representante da administração de cada unidade beneficiária, especialmente designado, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

14.5.1. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual;

14.6. Solicitar à CONTRATADA a retificação de qualquer serviço cujo padrão de qualidade esteja fora das especificações contidas no edital e seus anexos.

14.7. Comunicar à CONTRATADA, tão logo constatare casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções, durante a execução do objeto, para que a mesma adote medidas indispensáveis ao bom andamento do que foi solicitado, conforme objeto constante no edital e seus anexos;

14.8. Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas, pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

14.9. Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, para execução do objeto;

14.10. No ficar, por escrito, a CONTRATADA quando da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para sua correção;

14.11. Exigir da empresa CONTRATADA integral responsabilidade pela boa execução e eficiência no cumprimento do objeto, mormente no que se refere a prestação do serviço licitado;

14.12. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.13. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

14.14. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

14.15. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

14.16. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de equipe/empregado especialmente designado;

14.17. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente à prestação do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital;

14.18. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos contratos decorrentes da licitação em tela, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

14.19. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

**15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

15.2. Realizar a prestação dos serviços conforme cronograma pactuado em acordo com a atual prestadora de serviços e o MP-AP.

15.3. Realizar acesso diário ao e-mail da empresa, informado no SICAF – Sistema Integrado de Cadastramento de Fornecedores do Governo Federal, para o qual serão considerados recebidos na data de seus envios eletrônicos pela Contratante: as ordens de serviços, os empenhos ou qualquer outra informação, inclusive notificações de qualquer ordem;

15.4. Colocar à disposição da CONTRATANTE, todos os meios necessários para comprovação da qualidade dos serviços, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações exigidas por este Termo de Referência;

15.5. Executar os serviços de acordo com os requisitos de qualidade, utilidade e segurança, recomendados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelas normas regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pelas Resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;

15.6. Manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação ora exigidas quando de sua contratação;

15.7. Fornecer sempre, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novo(s) documento(s) que comprove(m) todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como os que comprovem a sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

15.8. Manter a frente dos serviços um representante credenciado, com a missão de garantir o bom andamento da execução do contrato e com a obrigação de tomar decisões pertinentes quanto a imediata correção de falhas;

15.9. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente toda legislação relativa à segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como quaisquer medidas adicionais que venham a ser solicitadas pela CONTRATANTE, as quais não isentarão a CONTRATADA de suas responsabilidades legais;

15.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.11. Empregar na execução dos serviços, mão-de-obra especializada, além dos recursos materiais suficientes para atender a CONTRATANTE, dentro do prazo e período estabelecidos;

15.12. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados, no cumprimento das obrigações deste CONTRATO, ficando, ainda, a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício, responsabilidade solidária ou subsidiária;

15.12.1. A inadimplência da CONTRATADA em relação aos haveres descritos no item anterior não transfere à CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do Contrato;

15.13. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas, referentes à forma de execução do objeto contratado e atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATANTE inerentes aos objetos licitados, bem como ao cumprimento das demais obrigações assumidas neste CONTRATO;

15.14. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências utilizadas na execução dos serviços;

15.15. Solicitar formalmente o acesso às instalações da instituição da sua equipe para realização dos serviços, informando dados pessoais dos seus empregados, determinando que seus empregados trajem uniforme e/ou crachá de identificação enquanto permanecerem nas dependências da CONTRATANTE e que se responsabilizem pelas suas ferramentas de trabalho e cumprimentos das normas da instituição;

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

15.16. A CONTRATADA deverá fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs) necessários para a segurança dos serviços prestados;

15.16.1. Antes do início da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá submeter-se a sabatina da Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho do MP-AP, que irá orientar quanto às boas práticas de segurança, certificados dos funcionários e conferência dos EPI's, se for o caso;

15.16.2. A CONTRATADA tem a responsabilidade e obrigação pelo fornecimento de EPI gratuitamente aos seus empregados, em conformidade com a norma NR6 e NR10. A seleção e especificação técnica dos EPI deve ser definida pela CONTRATADA em função da avaliação dos riscos inerentes aos serviços contratados, devendo ser eficaz e eficiente para garantir a preservação da saúde dos trabalhadores dos riscos do ambiente de trabalho em que estes serão desenvolvidos e dos níveis aos quais que poderão estar expostos;

15.16.3. Constatada a falta ou o uso inadequado de EPI, cabe à CONTRATADA corrigir tal não conformidade imediatamente ou retirar o empregado da exposição aos agentes agressivos, até que seja suprida a falta ou adotada a prática de uso adequado;

15.16.4. O EPI somente poderá ser utilizado com a indicação do Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho.

15.17. Zelar para que sua equipe de profissionais mantenha disciplina nos locais de prestação dos serviços, obedecendo rigorosamente às normas estabelecidas pelo CONTRATANTE;

15.18. Descartar todo lixo, excesso de material, estruturas temporárias e equipamentos dos locais onde foram realizados os serviços;

15.19. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no contrato;

15.20. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente à Administração, seus bens ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, especialmente com relação aos equipamentos e documentos arquivados na localidade, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE;

15.21. Prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços;

15.22. Refazer, reparar ou corrigir os serviços em que se verifiquem defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços, sem que isto caracterize qualquer acréscimo contratual e sem ônus algum para a CONTRATANTE;

15.23. Fornecer por escrito, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, esclarecimentos e informações técnicas acerca dos serviços executados.

15.24. Informar, na nota fiscal, a descrição detalhada do serviço executado, de acordo com as especificações descritas na Ordem de Serviço/Nota de Empenho e em conformidade com as especificações constantes no presente Termo de Referência;

15.25. A CONTRATADA deverá manter, sempre atualizado o seu endereço, telefone para chamados emergenciais, e-mail e meios de contato junto a CONTRATANTE;

15.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, atendendo aos dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes;

15.27. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

15.28. Cumprir todas as normas citadas neste Termo e outras que vierem a substituí-las;

15.29. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso;

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

15.30. Cumprir, no que for cabível, as disposições do item 19 deste Termo de Referência, que trata dos Critérios de Sustentabilidade Ambiental.

15.31. No tratamento de dados pessoais realizados em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATADA se compromete, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

15.31.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

15.31.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);

15.31.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;

15.31.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

15.31.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;

15.31.6. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;

15.31.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.

15.32. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

15.32.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;

15.32.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;

15.32.3. não subcontratar as atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;

15.32.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

**16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, pela inexecução total ou parcial do contrato o MP-AP poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

16.1.1. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

16.1.2. Multa:

16.1.2.1. de 0,1% (um décimo por cento) até 0,4% (quatro décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

16.1.2.2. de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

16.1.2.3. de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

16.1.2.4. No caso de cometimento de infrações, será aplicada multa de 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 2 e 3, abaixo.

16.1.2.5. Ainda, será aplicada multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato.

16.1.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MP-AP, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

16.1.3.1. As sanções previstas nos itens 15.1.1. e 15.1.3. deste documento poderão ser aplicadas juntamente com a do item 15.1.2., devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

16.1.3.2. Poderá ser emitida Guia de Recolhimento para pagamento da multa devida pela contratada.

16.1.3.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 2 e 3:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
6	Deixar de:	
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia	01

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

10	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
11	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
12	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

16.2. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MP-AP poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

16.2. 1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.2.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.2.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o MP-AP em virtude de atos ilícitos praticados.

16.2.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

16.2.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.2.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

16.2.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

16.2.8. Não mantiver a proposta;

16.2.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.2.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

16.3. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pelo MP-AP deverão ser registradas e publicadas. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

16.4. A autoridade competente, para aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao MP-AP, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

**17. GARANTIA DO SERVIÇO**

17.1. A Contratada, em qualquer serviço prestado, deve conceder garantias conforme disposições legais em vigor, por exemplo, Lei nº 10.406, de 2002;

17.2. Todas as peças fornecidas pela Contratada, que serão empregados nos serviços, deverão possuir garantia pelo prazo estabelecido pelo fabricante;

17.3. Durante o prazo de garantia, a Contratada ficará obrigada a reparar quaisquer defeitos relacionados à má execução dos serviços objeto contratual, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a Contratante.

**18. GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)**

18.1. O adjudicatário está desobrigado de prestar garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, da Lei nº 14.133/2021.

**19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

19.1. O serviço executado deverá atender, quando aplicável, aos critérios de Sustentabilidade Ambiental previstos na IN 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), bem como nos demais regulamentos que regem à espécie.



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

19.2. A comprovação dos critérios de sustentabilidade exigidos nas contratações dar-se-á, no que couber, por intermédio de:

19.2.1. Inscrição nos rótulos ou nas embalagens;

19.2.2. Informações disponíveis no site do fabricante ou dos órgãos competentes;

19.2.3. Apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou credenciada;

19.2.4. Observância de normas do INMETRO, através de requisitos ambientais exigidos para a certificação ou de laudos de laboratórios acreditados pelo referido Instituto, no caso de produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, bem como de projeto básico ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia;

19.2.5. Atendimento às normas da ABNT nos seguintes casos: de materiais utilizados, com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança; de descarte e destinação de resíduos sólidos.

19.3. Nenhuma substância sólida, semissólida, líquida, gasosa ou de vapor deve ser descartada, sem prévia análise de suas consequências e impactos ao meio ambiente. A Fiscalização deve ser informada com antecedência quando da necessidade de descarte de tais substâncias, bem como quanto aos procedimentos a serem utilizados pela CONTRATADA para atender aos requisitos legais e para prevenir ocorrências anormais, acidentes e impactos indesejados ao meio ambiente.

19.4. Correrá por conta da CONTRATADA o transporte e disposição final de materiais, resíduos, efluentes ou emissões.

19.5. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

19.5.1. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

19.5.2. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

19.5.3. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

19.5.4. Não são permitidas, à CONTRATADA, formas inadequadas de destinação final das baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

19.5.5. Lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

19.5.6. Queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

19.5.7. Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

19.6. A CONTRATADA deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**20. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES**

20.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

20.1.1. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços ao Consumidor - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

20.1.2. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.

20.1.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.

20.1.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

20.1.4.1. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.1.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.1.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.1.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.1.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

21.1. As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento do exercício de 2023: 339039.

**22. SUBCONTRATAÇÃO**

22.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**23. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

**24. ANEXOS**

24.1. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

24.1.1. Anexo I - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

24.1.2. Anexo II - DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA;

24.1.3. Anexo III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

24.1.6. Anexo IV - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (APENSADO aos autos);

24.1.7. Anexo V - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL;

24.1.8. Anexo VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS;

24.1.9. Anexo VII - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR.



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**25. ENCAMINHAMENTOS FINAIS**

25.1. A Assessoria de Planejamento da Contratação foi instituída pelo artigo 1º da Lei nº 2.827 de 16 de março de 2023, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela unidade administrativa requisitante, equipe de planejamento da contratação, com a aprovação pela autoridade competente.

25.2. Segue para apreciação do Secretário-Geral do MP-AP.

<b>Integrante Requisitante</b>	<b>Integrante Técnico</b>	<b>Integrantes Administrativo</b>
Marizete Ferreira dos Santos Gerente de Divisão/Transporte	Marcelo Aurino dos Santos Gerente da Divisão de Planejamento de Contratações	Josias de Souza N. Júnior Paulo André Mendes Batista Agente de Planejamento

25.2. De acordo.

25.3. Considerando a necessidade exposta no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência, conclui-se que a referida Contratação de Empresa Especializada em **Serviços de Seguros para Automóveis**, representa um apoio relevante à continuidade das atividades do MP-AP.

25.4. As questões administrativas ficarão dispostas no Edital.

25.5. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos, bem como a metodologia utilizada na definição dos referenciais de preço desta contratação.

25.6. Autorizo a instauração do processo licitatório e encaminho à **Assessoria de Planejamento e Contratações** para continuidade da instrução processual.

<b>Autoridade competente</b>
ALEXANDRE FLAVIO MEDEIROS MONTEIRO <b>Secretário-Geral do MP-AP</b>



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Anexo I – DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro que, nesta data, às \_\_\_\_\_ horas, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, vistoriou o(s) item(s) \_\_\_\_\_, no MP-AP \_\_\_\_\_, localizado \_\_\_\_\_, tomando conhecimento de todos os aspectos técnicos e condições e do grau de dificuldade existentes no local onde será executado o serviço referente ao Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, não cabendo alegações, pela supracitada empresa, em qualquer época, de desconhecimento de estado, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome, Cargo e assinatura do Representante

MP-AP

\_\_\_\_\_  
Nome, Cargo e assinatura do Representante

Licitante



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Anexo II - DECLARAÇÃO DE NÃO VISTORIA**

**DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISTORIA**

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, telefone \_\_\_\_\_, não teve interesse em realizar a vistoria nos locais onde serão executados os serviços objeto do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, não cabendo alegações, pela supracitada empresa, em qualquer época, de desconhecimento de estado, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

Data : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Nome, Cargo e assinatura do Representante

**Licitante**



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Anexo III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

<b>Nome da Empresa:</b>
<b>CNPJ:</b>
<b>Endereço:</b>
<b>Responsável pela proposta:</b>
<b>Telefone/Fax:</b>
<b>E-mail:</b>
<b>Banco / Agência Bancária / Conta Corrente:</b>

Ao (À) Pregoeiro (a),

Prezado (a) Senhor (a),

Atendendo ao Aviso de Convocação dessa Unidade de Licitação, juntamos nossa proposta para contratação de empresa \_\_\_\_\_ nas dependências do MP-AP, objeto do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2022.

**Declaramos expressamente que:**

- a) Executaremos os serviços pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_ (preço por extenso), conforme planilha anexa, tomando por base, (mês de referência dos preços);
- b) Comprometemo-nos a executar os serviços de Seguros para Automóveis, conformes quantidades e especificações contidas no Edital e seus anexos
  - c) Temos conhecimento do local onde serão executados os serviços, objeto deste Edital, para o fiel cumprimento das condições de garantia que oferecemos;
  - d) Serão de nossa responsabilidade todos os custos relativos à execução do objeto deste Edital, inclusive as obrigações e encargos trabalhistas com o pessoal;
  - e) Manteremos válidas e imutáveis todas as condições desta proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura das propostas;
  - f) Comprometemo-nos a não transferir e nem negociar os créditos decorrentes do Contrato;
  - g) Recebemos os documentos relativos a esta licitação e de que temos ciência do inteiro teor do seu conteúdo e condições;

Esclarecemos finalmente que o portador da presente proposta está autorizado e habilitado a prestar os esclarecimentos e informações adicionais que forem considerados necessários.

Macapá-AP, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante Legal – Cargo – RG – CPF]

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS**

item	MARCA	PLACA	ANO	RENAVAM
1.	COROLLA/TOYOTA	QLS 0J07	19/20	01223091160
2.	PAJERO/MITSUBISHI	QLP 0206	16/17	01117311888
3.	COROLLA/TOYOTA	QLS 0J04	19/20	01223088453
4.	COROLLA/TOYOTA	SAK 5D20	22/23	01299530041
5.	COROLLA/TOYOTA	SAK 5D22	22/23	01299530297
6.	COROLLA/TOYOTA	SAK 5D23	22/23	01299530319
7.	COROLLA/TOYOTA	SAK 5D24	22/23	01299530335
8.	COROLLA/TOYOTA	SAK 5J86	22/23	01301877244
9.	COROLLA/TOYOTA	SAK 5J87	22/23	01301877317
10.	COROLLA/ TOYOTA	SAL 1F48	22/23	01333691200
11.	COROLLA/TOYOTA	SAL 2G64	23/23	01341482704
12.	COROLLA/ TOYOTA	SAL 2G65	23/23	01341483212
13.	COROLLA/TOYOTA	QLS 0J06	19/20	01223089719
14.	COROLLA/ TOYOTA	NEX 1472	9/9	00128126884
15.	VW/GOL 1.6L MB5	QLT 4F75	21/22	01261454119
16.	VW/GOL HL MCS	QLN 0949	15/15	01040375690
17.	TRITON L 200	QLN 9745	15/16	01070524660
18.	VW/GOL HL MCS	NFB 9072	15/15	01037368573
19.	COROLLA/TOYOTA	NEK 4565	12/12	00453992900
20.	COROLLA/ TOYOTA	SAL 2G66	23/23	01341483565
21.	VW/GOL 1.6L MB5	QLT 4F73	21/22	01261453104
22.	VW/GOL POW 1.6	NEQ 7722	13/14	00592928039

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

23.	VW/GOL POW 1.0	SAK3C58	21/22	01291850080
24.	VW/GOL HL MC	QLR 7109	15/16	01080045055
25.	COROLLA/ TOYOTA	NFB 9733	9/9	00133456862
26.	VW/GOL HL MC	QLR 7108	15/16	01077053476
27.	VW/GOL TL MC S	NES 2654	14/15	01019207024
28.	VW/GOL POW 1.6	NEJ 7862	12/13	00503675075
29.	SW4 / TOYOTA	NEK 5419	8/9	00119166879
30.	TOYOTA/HILUX	QLN 1611	15/15	01042363088
31.	TOYOTA/HILUX	QLN 1614	15/15	01042364068
32.	VW/GOL HL MCS	NFB 9068	15/15	01037366090
33.	TOYOTA/HILUX	QLN 1078	15/15	01040582572
34.	VW/GOL POW 1.6	NEJ 6854	12/13	00497849178
35.	VW/GOL POW 1.0	SAK3C59	21/22	01291850179
36.	VW /MICRO-ÔNIBUS	NEO 8879	9/9	00190817640
37.	VW/MICRO-ÔNIBUS	NEO 8999	9/9	00190816171
38.	FIAT/TORO	QLS 8B24	20/21	01242578487
39.	COROLLA/ TOYOTA	NEN 6601	9/9	00123899486
40.	NISSAN/MARCH	NET 5941	12/13	00479850674
41.	NISSAN/MARCH	NET 5942	12/13	00479854661
42.	GOL POW 1.6	NEJ 6853	12/13	00497847418
43.	GOL POW 1.6	NEQ 7724	13/14	00592929329
44.	GOL HL MCS	QLN 0945	15/15	01040370869
45.	VW/GOL POW 1.0	SAK3C56	21/22	01291849995
46.	TRITON L200	QLN9743	15/16	01070517981

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

47.	VW/GOL HL MCS	QLN 0951	15/15	01040377367
48.	TOYOTA/HILUX	QLN 1608	15/15	01042360925
49.	TOYOTA/HILUX	QLN 1608	15/15	01042360925
50.	FIAT/TORO	QLS 8B30	20/21	01242588725
51.	TOYOTA/ HILLUX	SAK 9G19	22/22	01326665631
52.	TRITON L 200	QLN 9753	15/16	01070600340
53.	TOYOTA/HILLUX	QLT 2D41	21/21	01255688937
54.	TOYOTA/HILLUX	NFB 8311	14/14	00993436293
55.	FIAT/TORO	QLS 8B25	20/21	01242581747
56.	FIAT/TORO	QLS 8B26	20/21	01242584819
57.	TOYOTA/HILUX	QLN 0629	15/15	01039466165
58.	TOYOTA/HILUX	QLN 1610	15/15	01042362014
59.	TOYOTA/HILLUX	QLS 0J09	19/20	01223120195
60.	TOYOTA/HILLUX	NEO 3237	14/14	01006489875
61.	FIAT/TORO	QLS 8B28	20/21	01242587699
62.	TOYOTA/HILLUX	QLT2D40	21/21	01255688936
63.	VW/GOL HL MCS	QLN 0946	15/15	01040372098
64.	VW/GOL HL MCS	QLN 0947	15/15	01040372896
65.	VW/GOL MB5	QLT 4F69	21/22	01261447643
66.	VW/ GOL CL MBV	QLO 7112	16/17	01103945936
67.	GOL CL MBV	QLO 7106	16/17	01103935779
68.	TOYOTA/HILUX	NEQ 4801	13/14	00593019385
69.	TOYOTA/HILLUX	NFB 8312	14/14	00993437052
70.	TOYOTA/ HILUX	SAL 1H69	22/23	01334309059

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

71.	COROLLA/ TOYOTA	NEW 8464	7/7	00917725689
72.	COROLLA/TOYOTA	NFB 9723	9/9	00133459748
73.	COROLLA/TOYOTA	SAL 2G63	23/23	01341482089
74.	GOL HL MCS	QLN 0950	15/15	01040376352
75.	PEUGEOT/PARTNER	QUZ 7245	19/20	01209214404
76.	COROLLA/TOYOTA	NEX 1452	9/9	00128116480
77.	TOYOTA/HILUX	NET 7724	13/13	00533393418
78.	M. BENZ	QLN 2033	14/15	01043749877
79.	M. BENZ	QLN 2034	14/15	01043750956
80.	CAMINHÃO ¾ VWDelivery 9.170	QLS8E74	20/21	01243476491
81.	TOYOTA/HILLUX	QLT2D39	21/21	01255688790
82.	TOYOTA/HILLUX	NEK 2081	10/11	00282777369
83.	TOYOTA/HILLUX	SAK 9G18	22/22	01326665623
84.	VW/GOL POW 1.0	SAK3C57	21/22	01291850020
85.	VW/GOL 1.6L MB5	QLT 4F71	21/22	01261451675
86.	VW/GOL POW 1.6	NEV 8395	11/12	00333914619
87.	VW/GOL HL MCS	QLN 0948	15/15	01040374937
88.	VW/GOL POW 1.6	NFB 9225	13/14	01000169593
89.	VW/POLO/BLIN 1.6	NEQ 7721	13/14	00592926583
90.	YAMAHA/XTZ 150	QLO 6670	16/16	01102218070
91.	YAMAHA/FACTOR	QLO 6671	16/16	01102218224
92.	COROLLA BLIND.	NEK 7651	12/13	0486585468
93.	POLO BLINDADO	NEQ 7715	13/14	0592925412
94.	VW/GOL	SAL5H37	22/23	01350084902



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

95.	VW/GOL	SAL5H38	22/23	01350087847
96.	VW/GOL	SAL5H39	22/23	01350088290

**ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

- A prestação do serviço de seguro de veículo para cada unidade da frota do MP-AP, conforme descrição na **Tabela 1 - Descrição detalhada dos itens**, deve compreender as seguintes coberturas:
  - As coberturas específicas, listadas abaixo, serão cotadas levando em consideração os seguintes valores:

RCF-V Danos Materiais	R\$	(Por veículo)
RCF-V Danos corporais	R\$	(Por veículo)
RCF-V Danos Morais	R\$	
APP/MORTE (acidentes Pessoais Passageiros)	R\$	(Por ocupante)
APP/INVALIDEZ (Acidentes Pessoais Passageiros)	R\$	(Por ocupante)

- Para fins de pagamento da indenização, em caso de perda total/furtos/roubos, o valor de referência estimado de cada veículo deverá ser consultado na tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).
- Deverão ser cobertos pela apólice de seguro dos veículos o casco do veículo, bem como retrovisores, vidros, para-choques e demais superfícies.
- A franquia deverá ser do tipo **reduzida**;
- O tipo de cobertura deverá ser **compreensiva/total** e cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado em todo território nacional, conforme lista exemplificativa a seguir:
  - Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros;
  - Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
  - Raios e suas consequências; o Incêndios e explosões;
  - Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;
  - Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado; Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
  - Granizo;
  - Danos causados ao veículo segurado durante o tempo em que estiver em poder de terceiros, como consequência de roubo ou furto, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
  - Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica;
  - Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos: Chaveiro; Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela CONTRATANTE, com extensão mínima de 500 Km, sem ônus para o segurado; Transporte do veículo segurado, com extensão mínima de 500 kg, para destino a ser indicado pela CONTRATANTE;
  - Cobertura de danos (inclusive os serviços de substituição) dos vidros dianteiros, laterais e traseiros.

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES**  
**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

- Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pela CONTRATANTE e processada pela seguradora, mediante endosso. Dentre elas:
  - Substituição de veículos;
  - Exclusão de veículos; ○ Inclusão de veículos;
  - Correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente.



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO IV – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (apensado aos autos)**



ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

[PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA]

Processo Administrativo nº 20.06.0000.0002026/2023-63

Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2023

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em **Serviços de Seguros para Automóveis**, para atender às necessidades da instituição Universitário Alcides Carneiro - UFCG, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MP-AP).

Para fins de participação na licitação Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2023, a empresa (nome completo da proponente) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara sob as penas da Lei, que atende a todos os requisitos da legislação existente sobre sustentabilidade ambiental, e de modo específico, respeitando as normas de proteção do meio ambiente

Declara, ainda, que está ciente da obrigatoriedade do cumprimento do art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, bem como dos critérios e práticas de sustentabilidade dispostos no item \_\_\_\_ do Termo de Referência.

(Local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
(representante legal – nome e cargo)



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

[PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA]

\_\_\_\_\_(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_,  
DECLARA, sob as penas da lei, que não se encontra em nenhuma das hipóteses de impedimento de Licitar e Contratar,  
previstos na Lei nº 14.133/2021.

(Local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_.

\_\_\_\_\_  
(representante legal – nome e cargo)



**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES  
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

[PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA]

A EMPRESA \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal \_\_\_\_\_, DECLARA:

- que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, conforme estabelece o art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

(Local e data) \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023\_.

\_\_\_\_\_

(representante legal – nome e cargo)



**Ministério Público**  
do Estado do Amapá

**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

Endereço: Rua do Araxá Procuradoria geral de justiça ,nº s/n - Araxá. CEP: 68903-883. Macapá. - Amapá.

**TERMO DE VALIDAÇÃO nº 0000001/2023-DPC**

<b>PGA Nº</b>	20.06.0000.0002026/2023-63	<b>EVENTO URANO:</b>	#20 e #21
<b>UNIDADE REQUISITANTE:</b>	DIVISÃO DE TRANSPORTE	<b>OBJETO:</b>	SEGURO DE VEÍCULOS

Os signatários, ao assinarem estes Artefatos, reconhecem como autêntico o inteiro do teor dos documentos acima identificado, para os fins a que se destinam.

Macapá, 03 de Julho de 2023

**JOSIAS DE SOUZA NASCIMENTO JUNIOR**  
**AGENTE DE PLANEJAMENTO**

**PAULO ANDRE MENDES BATISTA**  
**AGENTE DE PLANEJAMENTO**

**MARCELO AURINO DOS SANTOS**  
**GERENTE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

**MARIZETE FERREIRA DOS SANTOS**  
**CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTES**

**ALEXANDRE FLAVIO MEDEIROS MONTEIRO**  
**SECRETÁRIO(A) GERAL**

O presente Termo somente terá validade se apresentar a assinatura eletrônica de todos os signatários .



Assinado eletronicamente por **JOSIAS DE SOUZA NASCIMENTO JUNIOR, AGENTE DE PLANEJAMENTO**, em 03/07/2023, às 13:16, Ato Normativo Nº 004/2018-PGJ e Lei Federal nº. 11.419/2006



**Ministério Público**  
do Estado do Amapá

**DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**

Endereço: Rua do Araxá Procuradoria geral de justiça ,nº s/n - Araxá. CEP: 68903-883. Macapá. - Amapá.



Assinado eletronicamente por **PAULO ANDRE MENDES BATISTA, AGENTE DE PLANEJAMENTO**, em 03/07/2023, às 13:18, Ato Normativo Nº 004/2018-PGJ e Lei Federal nº. 11.419/2006



Assinado eletronicamente por **MARCELO AURINO DOS SANTOS, GERENTE DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÕES**, em 03/07/2023, às 13:18, Ato Normativo Nº 004/2018-PGJ e Lei Federal nº. 11.419/2006



Assinado eletronicamente por **MARIZETE FERREIRA DOS SANTOS, CHEFE DE SEÇÃO DE TRANSPORTES**, em 04/07/2023, às 09:40, Ato Normativo Nº 004/2018-PGJ e Lei Federal nº. 11.419/2006



Assinado eletronicamente por **ALEXANDRE FLAVIO MEDEIROS MONTEIRO, SECRETÁRIO(A) GERAL**, em 05/07/2023, às 11:28, Ato Normativo Nº 004/2018-PGJ e Lei Federal nº. 11.419/2006

MP-AP 20.06.0000.0002026/2023-63 / Pág.: 2/2

Documento criado em 03/07/2023 às 13:16:27. Matrícula: 50260

A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<https://www.mpap.mp.br/consultas/index.php?pg=documentos&codigo=MPAP2023Q89J69W4TP>  
MPAP2023Q89J69W4TP.

informando o código verificador

